

CAPÍTULO 10

INTEGRAÇÃO DA SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

**Andressa do Nascimento Silveira
Olga Maria Castaneda Rubio
Marcelo Braganceiro da Silva
Otávio Sérgio Santos Cutrim
Wanderson Carlos Santos Agra**

RESUMO

A integração da saúde mental na Atenção Primária à Saúde (APS) constitui uma das principais estratégias para ampliar o acesso, reduzir o estigma e qualificar o cuidado em saúde no Sistema Único de Saúde (SUS). A APS, por sua capilaridade territorial, vínculo e longitudinalidade, é o espaço privilegiado para a identificação precoce de transtornos mentais, acompanhamento de casos crônicos, prevenção de agravos e promoção de bem-estar psicossocial.

Nesse contexto, usuários com sofrimento mental leve e moderado, bem como pessoas com transtornos mentais graves em acompanhamento compartilhado com serviços especializados, podem se beneficiar de uma abordagem integral, centrada na pessoa, na família e na comunidade. Historicamente, o cuidado em saúde mental foi ofertado de forma fragmentada, centrado no modelo hospitalocêntrico e afastado do território de vida dos usuários.

A Reforma Psiquiátrica brasileira e a consolidação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) redirecionaram o cuidado para serviços comunitários, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Todavia, persiste o desafio de articular de forma efetiva a RAPS com a APS, garantindo que as equipes de Saúde da Família e demais profissionais da atenção básica incorporem, em sua prática cotidiana, o cuidado às demandas de saúde mental.

A integração da saúde mental na APS envolve múltiplas dimensões: formação e educação permanente das equipes, ampliação de ofertas de cuidado psicossocial (escuta qualificada, grupos terapêuticos, visitas domiciliares, intervenções breves, manejo de psicofármacos), articulação intersetorial com assistência social, educação e justiça, além de estratégias de matriciamento e apoio institucional.

Além disso, requer o fortalecimento de políticas públicas consistentes, financiamento adequado e participação social para a construção de respostas alinhadas às necessidades locais.

Este trabalho consiste em uma revisão narrativa da literatura e de documentos de políticas públicas, com foco na integração da saúde mental na Atenção Primária. A revisão narrativa foi escolhida por permitir uma síntese crítica e abrangente de evidências teóricas, normativas e de experiências práticas, integrando diferentes tipos de fontes e enfoques.

Conclui-se que integrar de forma consistente a saúde mental na Atenção Primária não é apenas uma opção organizacional, mas um requisito ético e político para a efetivação da integralidade do cuidado no SUS. Investir nessa integração significa aproximar o cuidado das pessoas, respeitar direitos, fortalecer a cidadania e construir respostas mais humanas e resolutivas aos sofrimentos psíquicos em seus contextos de vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde mental no SUS: os Centros de Atenção Psicossocial. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no âmbito do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Integração da saúde mental nos serviços de atenção primária: um enfoque centrado na comunidade. Washington, DC: OPAS, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Integrating mental health into primary care: a global perspective. Geneva: WHO, 2008.

PATEL, V. et al. The Lancet Commission on global mental health and sustainable development. The Lancet, v. 392, n. 10157, p. 1553–1598, 2018.